

COMANDO DA AERONÁUTICA



**ESPECIALIDADE:
SJU - SERVIÇOS JURÍDICOS
VERSÃO A**

**EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS
TEMPORÁRIOS DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008
(EA - EAOT 2008)**

Instruções Gerais

- 1 – Este caderno contém 01 (uma) prova de Língua Portuguesa, composta de 20 (vinte) questões objetivas numeradas de 01 (um) a 20 (vinte), uma prova de Especialidade, composta por 40 (quarenta) questões numeradas de 21 (vinte e um) a 60 (sessenta), e, em seu início, um tema para Redação. Confira se todas as questões estão perfeitamente legíveis. Sendo detectada alguma anomalia, solicite ao fiscal de prova a substituição deste caderno.
- 2 – Verifique se a “VERSÃO” da prova e a “ESPECIALIDADE” constantes deste caderno de questões conferem com os campos “VERSÃO” e “ESPECIALIDADE” contidos em seu Cartão-Resposta.
- 3 – A prova terá a duração de 4 (quatro) horas acrescidas de mais 20 (vinte) minutos para o preenchimento do Cartão-Resposta.
- 4 – Assine o Cartão-Resposta e assinale corretamente, e sem rasura, as respostas com caneta azul ou preta.
- 5 – Somente será permitido ao candidato retirar-se do local de realização das provas a partir de duas horas do seu início, sem levar o caderno de questões, que só poderá ser levado pelo candidato que permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas.
- 6 – Para sua segurança, transcreva, no Gabarito abaixo, as letras das alternativas assinaladas por você no Cartão-Resposta. As alternativas anotadas no Cartão-Resposta e no Gabarito abaixo devem ser exatamente iguais.

GABARITO

(TRANSCRIÇÃO DAS ALTERNATIVAS DO CARTÃO-RESPOSTA)

01		11		21		31		41		51	
02		12		22		32		42		52	
03		13		23		33		43		53	
04		14		24		34		44		54	
05		15		25		35		45		55	
06		16		26		36		46		56	
07		17		27		37		47		57	
08		18		28		38		48		58	
09		19		29		39		49		59	
10		20		30		40		50		60	

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº DA CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)

SETEMBRO/2007

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- Leia o tema.
- Analise as idéias nele contidas e faça uma redação expondo seus pontos de vista e conclusões.
- Dê um TÍTULO adequado ao texto.
- Seu texto deverá conter o mínimo de 80 (oitenta) palavras.
- A Redação que NÃO contiver o mínimo de 80 (oitenta) palavras terá 1 (hum) décimo deduzido por omissão de cada palavra, até o limite de 70 (setenta) palavras.
- À Redação com número inferior a 70 (setenta) palavras será atribuída nota zero.
- A Redação deverá obrigatoriamente ser transcrita do rascunho para a folha de texto definitiva da Prova de Redação, em tinta azul ou preta.
- Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida, com 30 (trinta) linhas.
- Receberá o grau 0 (zero) a redação realizada a lápis, assinada, rubricada ou que contenha palavras ou marcas que a identifique.
- A NÃO obediência ao tema e/ou tipo de texto proposto (dissertativo-argumentativo) anulará a redação.
- O texto será avaliado a partir do uso adequado da norma culta da língua portuguesa, da coerência textual, da coesão lexical e gramatical, da argumentação adequada, de acordo com o constante em Edital.

TEMA DA REDAÇÃO

Linguagem da comunicação *on-line*, o internetês rompeu os limites a que estava restrito, invadindo a TV e até a escola. O uso do internetês, no entanto, pode ser muito mais que cacoete de linguagem e expressar a falta de diálogo contemporânea entre o adulto e o adolescente. O internetês pode, no futuro, até tornar a comunicação mais eficiente. Ou evoluir para um jargão complexo, que, em vez de aproximar as pessoas em menor tempo, estimule o isolamento dos iniciados e a exclusão dos leigos.

Adaptado de: Silvia Marconato. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11061>. Acesso em: 24 ago. 2007.

Internetês: código da pós-modernidade.

TEMA PARA REDAÇÃO

Construa um texto dissertativo sobre o tema **“Internetês: Código da Pós-Modernidade”**. O constante na página anterior e o texto da prova de Língua Portuguesa fornecem elementos para a análise dessa questão. Seu texto deverá conter no mínimo 80 palavras, e a versão final deverá ser escrita com caneta preta ou azul, em letra legível.

TÍTULO

1

5

10

15

20

25

30

Questões de 1 a 20 Língua Portuguesa

A reinvenção da escrita

Não raro, fico a imaginar o provável espanto de Gutenberg, autor do gesto inaugural da imprensa tipográfica, se testemunhasse a escrita digital. Espanto pela velocidade e disseminação de uma prática que em sua época _____ submetida ao exílio nas celas dos monges copistas. Velocidade que é simultaneamente causa e efeito da modalidade digital, protagonizada por sujeitos ávidos e urgentes por **dizer**. Nessa corrida o **dizer** abrevia-se, não havendo muito espaço para consoantes, sílabas completas, morfemas. A própria noção de palavra parece volatizar-se (ou _____): tdo blza com vc?

Preocupação legítima de pais e professores, esses novos modos de escrever, notadamente no âmbito da comunicação instantânea, põem em causa o compromisso com o idioma pátrio. Em que _____ as críticas supostas ameaças representadas pelo chamado internetês, vale dizer que se trata de um registro que constitui sua identidade na relação com o suporte que o veicula e com os sujeitos que nele se marcam. E, ainda, que se multiplica em progressão aritmética, o que, diga-se de passagem, é altamente positivo, dado que talvez nunca se tenha escrito tanto quanto agora.

Essa modalidade de escrita pode ser pontuada como retorno, em parte, a uma de suas formas mais primitivas, a icônica, própria de civilizações mais antigas. Permeada por símbolos, sintetiza, num misto de uso de imagem e de representação quase fonética, significados complexos. Um retrocesso? Talvez não, se considerado que, por servir a processos de comunicação instantâneos virtuais, acabou disponibilizando recursos para simbolizar subjetividades. Daí a presença dos emoticons, os quais, em muitas situações, sintetizam, em formas grafo-imagéticas, a densidade ou impossibilidade do dizer.

O ponto nodal é mensurar em que medida outra característica desse tipo de escrita, as formas abreviadas, têm legitimidade ou não no idioma de Camões. Os lugares de legitimação são constituídos historicamente, resultado, muitas vezes, de embates e jogos de força. **O uso efetivo da língua por seus usuários é fator decisivo nessa questão mas não só que se considerar também as posições ocupadas por esses mesmos usuários.** A expressão Vossa Mercê, empregada no século 18, no tratamento a reis, encontra-se abreviada hoje como você e destina-se a tratamentos informais. Esse exemplo aponta para a possibilidade em um futuro ainda não localizado, a forma vc não soar tão estranha quanto soa para alguns hoje. E não é impossível pensar até em sua gramaticalização, o que implicará, necessariamente, relações de força.

Pelas evidências de que estamos testemunhando um modo diferente de a humanidade relacionar-se com essa coisa já tão sua, a escrita, entendo que esse assunto merece ser pautado em um espaço onde ela é soberana:

a escola. Não no sentido da censura ou da correção, mas na perspectiva de se pensar a escrita digital como lugar de **dizer** de um contingente significativo de adolescentes. E também adultos. Pensar ainda sobre suas peculiaridades, sobre suas marcas e sobre os sentidos que essas marcas registram em rastros que muitas vezes se compõem por ausências.

Adaptado de: RASIA, Gesualda dos Santos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 ago. 2007.

1. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas de linha contínua do texto.
 - a) jasia – ressegnificar-se – pesem
 - b) jazia – ressignificar-se – pesem
 - c) jasia – rescignificar-se – pese
 - d) jazia – rescignificar-se – pese
2. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas pontilhadas do texto.
 - a) às – a – nas
 - b) às – há – as
 - c) às – há – às
 - d) as – às – em
3. Após uma leitura global do texto, pode-se inferir que o internetês é uma linguagem que se caracteriza por
 - a) usar apenas vogais e ser rápida.
 - b) ser funcional e usar abreviações comuns à língua portuguesa.
 - c) ser instantânea e usar a língua padrão.
 - d) abreviar sílabas e simplificar a grafia.
4. Analise as afirmativas sobre o internetês.
 - 1 - Trata-se de uma ameaça que se multiplica em progressão aritmética.
 - 2 - A velocidade é ao mesmo tempo causa e efeito desta nova modalidade digital.
 - 3 - Possibilita comunicação que também revela o estado de ânimo dos interlocutores.
 - 4 - É um retrocesso, pois se apropria de símbolos icônicos antigos.

Segundo o texto, está **correto** o que se afirma

- a) apenas em 1 e 3.
- b) apenas em 2 e 3.
- c) apenas em 2, 3 e 4.
- d) em 1, 2, 3 e 4.

5. Sobre as idéias veiculadas no texto, pode-se afirmar que
- a mudança de suporte (computador) é um dos fatores responsáveis pelo surgimento desta nova modalidade de escrever.
 - a preocupação de pais e professores com o internetês inviabiliza questionamentos.
 - a autora afirma que as formas abreviadas não foram legitimadas pelos usuários.
 - a maior preocupação da autora é com a censura e correção da escrita.

6. A oração **“O uso efetivo da língua por seus usuários é fator decisivo nessa questão mas não só que se considerar também as posições ocupadas por esses mesmos usuários.”** (4º parágrafo), em destaque no texto e, propositadamente, não pontuada, está **corretamente** pontuada na alternativa

- O uso efetivo da língua por seus usuários é fator decisivo nessa questão, mas não só, que se considerar, também, as posições ocupadas por esses mesmos usuários.
- O uso efetivo da língua por seus usuários é fator decisivo nessa questão, mas não só que se considerar também, as posições ocupadas por esses, mesmos usuários.
- O uso efetivo da língua por seus usuários, é fator decisivo nessa questão, mas não só, que se considerar, também, as posições ocupadas por esses mesmos usuários.
- O uso efetivo da língua por seus usuários é fator decisivo nessa questão mas, não só que se considerar, também as posições ocupadas por esses mesmos usuários.

7. Analise as afirmativas sobre a acentuação gráfica das palavras do texto.

- As palavras “Daí” (3º parágrafo) e “já” (5º parágrafo) são acentuadas porque são monossílabos tônicos.
- A forma verbal “têm” (4º parágrafo) está acentuada graficamente porque concorda com “formas abreviadas” (4º parágrafo).
- As palavras “instantânea” (2º parágrafo) e “ausências” (5º parágrafo) obedecem a mesma regra de acentuação gráfica.

Está(ão) **correta(s)**

- apenas a I.
 - apenas a II.
 - apenas a II e a III.
 - I, II e III.
8. Assinale a alternativa que apresenta a **correta** divisão silábica.
- si – mul – ta – ne – a – men – te
 - i – di – o – ma
 - pe – rs – pec – ti – va
 - si – gni – fi – ca – dos

9. O tempo verbal predominante no 4º parágrafo é o
- presente do indicativo.
 - futuro do presente do indicativo.
 - presente do subjuntivo.
 - futuro do pretérito do indicativo.

10. Analise as afirmativas sobre a formação das palavras do texto.

- As palavras “reinvenção” (título) e “disseminação” (1º parágrafo) são formadas por derivação prefixal.
- “Grafo-imagéticas” (3º parágrafo) é composta por justaposição.
- A palavra “usuários” (4º parágrafo) apresenta sufixo formador de substantivo para formação de nomes de agente.

Está(ão) **correta(s)**

- apenas a I.
 - apenas a I e a II.
 - apenas a I e a III.
 - I, II e III.
11. Sobre o emprego do infinitivo do verbo “dizer”, em destaque no texto, encontra-se um exemplo de
- infinitivo histórico.
 - substantivação do infinitivo.
 - infinitivo flexionado.
 - discurso indireto.
12. Quanto às palavras “internetês” e “gramaticalização”, pode-se afirmar que
- são exemplos de neologismo.
 - a primeira é um exemplo de regionalismo.
 - são exemplos de hibridismo.
 - a primeira é um exemplo de neologismo.
13. Classifica-se a palavra “monges” como um substantivo biforme. Também é biforme, o substantivo na alternativa
- conde.
 - hóspede.
 - constituente.
 - pessoa.
14. Assinale a alternativa em que a preposição **não** seja regida por um nome.
- do** gesto inaugural (1º parágrafo).
 - de** escrita (3º parágrafo).
 - de** passagem (2º parágrafo).
 - dos** emoticons. (3º parágrafo).

15. Analise as expressões.

1. **que** talvez nunca se tenha escrito (2º parágrafo).
2. **que** esse assunto merece ser pautado (5º parágrafo).
3. **que** muitas vezes se compõem (5º parágrafo).

Em qual(is) dele(s), a palavra destacada retoma um antecedente?

- a) Apenas no 1.
- b) Apenas no 2.
- c) Apenas no 3.
- d) 1, 2 e 3.

16. Analise as afirmativas sobre o período “se testemunhasse a escrita digital.” (1º parágrafo) e assinale a alternativa **correta**.

- a) O nexos “se” poderia ser substituído por “caso”, sendo necessária uma alteração na frase.
- b) A relação estabelecida pelo nexos “se” é de condição.
- c) A relação estabelecida pelo nexos “se” é de causa.
- d) A relação estabelecida pelo nexos “se” é de concessão.

17. O pronome demonstrativo “essa” (3º parágrafo) refere-se

- a) ao que será mencionado.
- b) ao que se encontra afastado tanto do falante como do ouvinte.
- c) a um período em que se inclui o momento em que se fala.
- d) ao que foi anteriormente mencionado.

18. Quanto à palavra “morfema” (1º parágrafo), Evanildo Bechara, na sua *Gramática escolar da Língua Portuguesa*, a define como “o elemento mínimo dotado de significação” (p.8). Assinale a alternativa que apresenta exemplos **corretos** de morfemas.

- a) lua / lápis / menino
- b) um / escola / escola
- c) cant / menino / sim
- d) cas / mar / pátrio

19. “A expressão *Vossa Mercê, empregada no século 18, no tratamento a reis, encontra-se abreviada hoje como você e destina-se a tratamentos informais.*”

A afirmativa caracteriza um exemplo da função da linguagem

- a) metalingüística.
- b) conotativa.
- c) referencial.
- d) fática.

20. Em “E, ainda, que se multiplica em progressão aritmética, o que, **diga-se de passagem**, é altamente positivo, dado que talvez nunca se tenha escrito tanto quanto agora.” (2º parágrafo), classifica-se a oração destacada como oração

- a) transposta adjetiva.
- b) justaposta, intercalada de opinião.
- c) substantiva reduzida apositiva.
- d) justaposta, intercalada de ressalva.

Questões de 21 a 60 Especialidade

21. ‘Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, neste sentido, são os alicerces da ciência’. É o conceito que os administrativistas adotam em relação aos princípios da administração pública. Assim, partindo-se de uma classificação, **não** são considerados como princípios

- a) elaborativos.
- b) onivalentes ou universais.
- c) setoriais.
- d) monovalentes.

22. Segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*in* Direito Administrativo, Atlas, 17ª ed.) ‘sendo Direito Administrativo de elaboração pretoriana e não codificado, os princípios representam papel relevante nesse ramo do direito, permitindo à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração’ (p.67). Assim, dois são os princípios fundamentais e que decorrem da bipolaridade do Direito Administrativo, ou sejam, da liberdade do indivíduo e da autoridade da Administração. Portanto, são eles identificados como sendo

- a) a impessoalidade e o controle ou tutela.
- b) a legalidade e a especialidade.
- c) a razoabilidade e a hierarquia.
- d) a legalidade e a supremacia do interesse público sobre o particular.

23. Vários critérios têm sido adotados para classificar os serviços públicos.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Quanto ao objeto, os serviços públicos tendem a ser próprios e impróprios.
- b) Quanto ao sentido, os serviços públicos tendem a ser comerciais ou industriais, administrativos e sociais.
- c) Quanto à distinção, os serviços públicos correspondem entre a atividade essencial do Estado e atividade facultativa.
- d) Quanto à dogmática, os serviços públicos são exclusivos e não exclusivos.

24. O direito brasileiro tem indicado modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade privada.

Assim, **não** é considerado modalidade de restrição:

- a) parcelamento e edificação compulsórios.
- b) direito de petição e a requisição administrativa.
- c) limitações administrativas e a ocupação temporária.
- d) tombamento e a desapropriação.

25. O ato administrativo é espécie de ato jurídico. Não há uniformidade de pensamento entre os doutrinadores na indicação dos atributos do ato administrativo. No entanto, há muito que se colocam em posição de supremacia sobre o particular. Assim, considera-se **correta**:
- presunção de veracidade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - auto-executoriedade consiste em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
 - tipicidade é o atributo que diz respeito aos fatos e diz respeito à conformidade do ato com a lei.
 - imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
26. Dentre os contratos administrativos, sujeitos ao direito público, compreende-se, dentre outros, a *concessão*. Assim, considera-se **correto** dizer que
- concessão de serviço público* é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe a remuneração mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço.
 - a *permissão de serviço público* se resume através de suas características, ou sejam: depende sempre de licitação, seu objeto é a execução de serviço público, o permissionário sujeita-se às condições estabelecidas pela Administração e a sua fiscalização, e, portanto, não pode ser alterado ou revogado.
 - concessão de obra pública* é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público transfere a outrem a execução de uma obra pública, para que a execute por sua conta e risco, mediante remuneração paga pelos beneficiários da obra ou obtida em decorrência da exploração dos serviços ou utilidades que a obra proporciona.
 - a rescisão unilateral da concessão, antes do prazo estabelecido, é conhecida doutrinariamente sob o nome de encampação.
- estão totalmente corretas a I, II, III e IV
 - apenas a I, II e III
 - apenas a I, III e IV
 - apenas a II e IV
27. Nos termos do artigo 37, inciso XVI da Constituição Brasileira, alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 19 e 34, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto** quando houver compatibilidade de horários, observado o teto de vencimento ou subsídio
- de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
 - de um cargo privativo de enfermeiro com outro técnico.
 - de dois cargos de professor.
 - de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
28. Alguns princípios comuns aos processos administrativo e judicial constituem objeto de estudo da teoria geral do processo. Assim, pode-se afirmar que **não** são princípios
- da publicidade, da ampla defesa, do contraditório e do impulso oficial.
 - da obediência à forma e aos procedimentos estabelecidos em lei.
 - da oficialidade, da gratuidade, da atipicidade.
 - legalidade, motivação, proporcionalidade e pessoalidade.
29. O ato de improbidade administrativa exige a presença de determinados elementos, ou sejam:
- sujeito ativo, sujeito passivo e ato danoso.
 - dolo ou culpa, sujeito ativo e sujeito passivo.
 - atentado contra os princípios da administração pública.
 - sujeito passivo, sujeito ativo, ato danoso e dolo ou culpa.
30. Sobre licitação pública, considere as afirmativas a seguir.
- As hipóteses sobre dispensa de licitação são: em razão de pequeno valor, em razão de situações excepcionais, em razão do objeto e em razão da pessoa.*
 - A adjudicação é o ato pelo qual a Administração, pela mesma autoridade competente para homologar, atribui ao vencedor o objeto da licitação. Feita a adjudicação, a Administração convocará o adjudicatário para assinar o contrato, devendo fazê-lo no prazo de 60 dias da data da entrega das propostas. Ultrapassado esse prazo, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.*
 - O pedido de reconsideração é cabível com relação a ato de Ministro de Estado ou Secretário Estadual ou Municipal, no caso de aplicação da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração. O prazo para pedir reconsideração é de 10 dias úteis da intimação do ato, também reduzido a dois dias úteis no caso de convite.*

Está(ão) **correta(s)**:

- a I, a II e a III.
- apenas a I e a II.
- apenas a I e a III.
- apenas a I.

31. Assinale a alternativa cujas expressões preenchem **corretamente** a lacuna abaixo.

A lei do país _____ determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

- a) em que nasceu a pessoa
- b) em que for domiciliada a pessoa
- c) em que reside a família da pessoa
- d) em que se registrou o nascimento da pessoa

32. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Prescreve em 05 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular. A pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo. A pretensão relativa à tutela, a contar da aprovação das contas.
- b) Prescreve em 03 anos a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- c) É nula a renúncia à decadência fixada em lei, porém é válida por acordo entre as partes.
- d) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, devendo o juiz quando verificar a existência de convenção, entre as partes, suprir a alegação.

33. Sobre o que dispõe o Código Civil de 2002 acerca da prova, considere a alternativa **correta**.

- a) A confissão é revogável.
- b) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- c) A prova do instrumento particular não pode ser suprida por outras de caráter legal.
- d) O negócio jurídico que impõe forma especial pode ser provado por confissão ou testemunha.

34. João vem a falecer, deixando bens conhecidos e sendo pai de 03 (três) filhos, José, Carlos e Antônio, e 05 (cinco) netos. Cássio e Camila são filhos de José; Joaquim e Joelma são filhos de Carlos, e Adelmo é filho de Antônio. José renuncia à herança deixada pelo falecimento de João. Carlos é pré-morto e Antônio é declarado indigno. A herança será dividida

- a) entre Cássio, Camila, Joaquim, Joelma e Adelmo.
- b) Apenas entre Cássio, Camila e Joaquim.
- c) Apenas entre Joaquim, Joelma e Adelmo.
- d) Apenas entre Joaquim e Joelma.

35. Na transmissão das obrigações,

- a) a cláusula proibitiva da cessão de crédito poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, mesmo que não conste no instrumento da obrigação.
- b) independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, não pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- c) sobre a assunção da dívida, é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, mesmo sem o consentimento expresso do devedor.
- d) o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

36. Considere a alternativa **incorreta**.

- a) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio da coisa certa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro, serviço ou bens.
- b) Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado.
- c) A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo. Porém, não se revogam por ingratidão as doações puramente remuneratórias.
- d) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

37. Na união estável, salvo contrato escrito pelos companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o

- a) regime de comunhão universal de bens.
- b) regime de comunhão parcial de bens.
- c) regime de separação obrigatória de bens.
- d) regime de participação final nos aquestos.

38. Sobre o Direito de empresa, analise as afirmativas abaixo.

- I. Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística quando o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- II. Na sociedade em comum, os sócios somente poderão provar por escrito a existência da sociedade, nas relações entre si ou com terceiros. Já na sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade a prova da mesma, podendo se dar por todos os meios de direito.
- III. A omissão da palavra 'limitada' na sociedade limitada determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

39. Acerca da Posse, considere a alternativa **incorreta**.

- a) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- b) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deteriorização da coisa, a que não der causa.
- c) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias, assistindo o direito de retenção sobre essas.
- d) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deteriorização da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

40. Considere as afirmações abaixo.

- I. Podem ser objeto de hipoteca o domínio útil e o domínio direito.
- II. O usufruto somente pode recair sobre bens imóveis.
- III. O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.

Está(ão) **correta(s)**

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

41. Segundo Humberto Theodoro Júnior, há correntes que assimilam ao próprio mérito da causa a natureza jurídica das condições da ação, considerando apenas o binômio pressupostos processuais-mérito. Entretanto, o autor defende claramente a teoria do trinômio das condições da ação, que são:

- a) possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade de parte.
- b) legitimidade de parte, causa de pedir e pedido.
- c) legitimidade de parte, interesse de agir e causa de pedir.
- d) prova inequívoca, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

42. Acerca dos recursos no direito processual civil, considere a alternativa **incorreta**.

- a) Os pressupostos objetivos do recurso segundo Humberto Theodoro Júnior são: recorribilidade da decisão, tempestividade, singularidade, adequação do recurso, preparo, motivação e forma.
- b) O recurso adesivo só tem cabimento nos embargos infringentes, no recurso especial, no recurso extraordinário e na apelação, bem como não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
- c) da decisão de liquidação da sentença caberá o recurso de apelação.
- d) da decisão de julgar procedente ação rescisória cabem embargos infringentes.

43. Considere a alternativa **correta** sobre o processo de execução.

- a) O pedido de usufruto pelo credor sobre o imóvel penhorado, para haver o pagamento do crédito, somente será aceito após a realização de praça e não havendo interessados na alienação do bem.
- b) Na execução contra a Fazenda Pública, sendo o credor preterido no seu direito de preferência, prevê a lei processual civil, bem como a Constituição Federal que o presidente do tribunal que expediu a ordem poderá ordenar o seqüestro da quantia necessária para a satisfação do débito. Entretanto o doutrinador Araken de Assis discorda com o termo “seqüestro” referido na norma, pois para o doutrinador, um dos motivos de tal discordância ocorre porque o Presidente do Tribunal não decreta um “seqüestro” para subtrair um bem fungível por excelência do litígio entre os credores, mas sim porque o executado preteriu o credor mais antigo, beneficiando o mais recente.
- c) Na execução que fixa os alimentos provisionais, o cumprimento da pena de prisão civil pelo prazo de 01 (um) mês exime o devedor do pagamento das prestações vencidas.
- d) Somente se concede a segunda penhora se a primeira for anulada.

44. Sobre os embargos do devedor, considere a alternativa **incorreta**.

- a) Independente de penhora o executado poderá opor-se à execução por meio de embargos.
- b) Os embargos do executado, de regra, não terão efeito suspensivo.
- c) É provisória a execução de título executivo extrajudicial enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- d) Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação. Havendo mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, mesmo tratando-se de cônjuges.

45. À luz da Lei 9.099/95, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) As intimações poderão ser feitas por qualquer meio idôneo de comunicação.
- b) O preparo do recurso compreenderá as despesas do recurso, não compreendendo as despesas processuais do primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipóteses de assistência judiciária gratuita.
- c) Mesmo havendo pedido genérico não será admitida sentença ilíquida.
- d) Da homologação de conciliação ou laudo arbitral não caberá recurso.

46. À luz da Lei 10.259/01, assinale a alternativa **correta**.
- a) No foro que estiver instalado Vara do Juizado Especial Federal, a sua competência é absoluta, ao contrário do Juizado Especial Cível Estadual onde a competência é relativa.
 - b) Nas causas de que trata a Lei 10.259/01 não haverá reexame necessário, salvo para as ações previdenciárias.
 - c) O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Presidente do TRF respectivo.
 - d) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
47. "*Consiste, pois, a ação cautelar no direito de provocar, o interessado, o órgão judicial a tomar providências que conservem a asseguem os elementos do processo (pessoas, provas e bens), eliminando a ameaça de perigo ou prejuízo iminente e irreparável ao interesse tutelado ao processo principal (...)*" (THEODORO, Humberto Júnior. Curso de Direito Processual Civil. p. 345.). No que concerne às medidas cautelares típicas ou nominadas, assinale a alternativa **correta**.
- a) Conforme entendimento de Humberto Theodoro Júnior, na ação cautelar de arresto, mesmo havendo urgência excepcional, quando a procura do juiz da causa frustraria o objetivo do arresto, não é de se admitir o deferimento da medida pelo juiz da situação dos bens, pois incompetente para a execução forçada do crédito.
 - b) Para Humberto Theodoro Júnior nas cauções tipicamente cautelares, a caução genericamente prevista como compreendida no poder geral de cautela é simples medida imposta *ex officio* pelo juiz.
 - c) Segundo Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery havendo perigo justificado de que, por motivo de doença a parte ou testemunha fique impossibilitada de depor, cumpre ao requerente da medida de produção antecipada de provas comprovar a existência do perigo na demora, sendo isto, a existência e o conteúdo de justo receio que fala a lei.
 - d) Quem pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica, seja para simples documento e sem caráter litigioso ou para servir como prova em processo regular poderá ajuizar ação cautelar de protesto, notificação ou interpelação.
48. Dentre as afirmativas abaixo, considere a alternativa **correta** ao que se refere às medidas cautelares.
- a) Têm um fim em si mesmas, já que toda sua eficácia opera em relação a outras providências que não hão de vir em outro processo.
 - b) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é independente.
 - c) A sentença proferida em processo cautelar faz coisa julgada material.
 - d) Enquanto o processo principal busca tutelar o direito, cabe ao processo cautelar a missão de tutelar o processo, de modo a garantir que seu resultado seja eficaz.
49. Nos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa
- a) julgada procedente a ação de depósito, ordenará o juiz a expedição de mandado para a entrega em 24 (vinte e quatro) horas, da coisa ou equivalente em dinheiro e, não havendo o cumprimento desse mandado, será decretada a prisão civil.
 - b) não haverá necessidade de intervenção do Ministério Público na ação de usucapião de terras particulares.
 - c) a ação de nunciação de obra nova compete à Fazenda Estadual a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.
 - d) na pendência de processo possessório é permitido, tanto ao autor quanto ao réu, intentar ação de reconhecimento de domínio.
50. Nos procedimentos de jurisdição voluntária
- a) o prazo para responder é de 05 (cinco) dias.
 - b) ao juiz é defeso investigar livremente os fatos e ordenar de ofício e realização de quaisquer provas.
 - c) o Ministério Público será citado, sob pena de nulidade.
 - d) proceder-se-á na forma do procedimento de jurisdição voluntária: emancipação, sub-rogação, alienação, locação e administração da coisa comum, alienação de quinhão em coisa comum, restauração de autos, habilitação e extinção de usufruto e fideicomisso.

51. Considera-se direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, conforme preceitua a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988:

- a) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- b) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) licença-paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 8 (oito) dias.
- d) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos.

52. Sobre a Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, quanto às competências, considere as seguintes afirmativas:

- I. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.
- III. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Está(ão) **correta(s)**

- a) somente a I.
- b) somente a II.
- c) somente a III.
- d) somente a II e a III.

53. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 proclama que o ensino será ministrado com base no seguinte princípio:

- a) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- b) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais até os 18 (dezoito) anos.
- c) progressiva universalização no ensino fundamental, médio e superior.
- d) obrigatoriedade às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

54. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal,

- a) de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- b) de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- c) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

55. A função legislativa de competência da União é exercida pelo Congresso Nacional. Assim,

- I. a convocação extraordinária do Congresso Nacional, em caso de decretação de intervenção, far-se-á pelo Presidente do Senado Federal.
- II. convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional é atribuição exclusiva de quem estiver no comando do Congresso Nacional.
- III. tem a Câmara dos Deputados, dentre outras atribuições privativas, a de processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça e os do Conselho Nacional do Ministério Público.
- IV. não há predominância substancial de uma câmara sobre a outra no bicameralismo brasileiro. Contudo, a Câmara dos Deputados goza de certa primazia relativamente à iniciativa legislativa, pois é perante ela que o Presidente da República, o STF, o STJ e os cidadãos promovem a iniciativa do processo de elaboração das leis.

Logo, consideram-se **corretas**

- a) apenas a I, a II e a III.
- b) apenas a II, a III e a IV.
- c) apenas a II e a III.
- d) apenas a I e a IV.

56. Conforme José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros Editores, 26ª edição, *“a consecução prática dos objetivos da educação, ..., só se realizará num sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal (via escola) concretize o direito ao ensino, informado por princípios com eles coerentes, que, realmente, foram acolhidos pela Constituição, ...”* (p.838). Assim, prevê a CF/88 que

- a) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- b) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.
- c) os Municípios atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.
- d) todas as afirmações anteriores não estão corretas.

57. A Constituição brasileira de 1988 estabelece que as Forças Armadas são instituições permanentes e regulares que se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Assim é **incorreto** afirmar que

- a) as Forças Armadas não poderão ser dissolvidas, salvo por decisão de uma Assembléia Nacional Constituinte.
- b) as Forças Armadas declaradas na Constituição de 1891, como instituições nacionais permanentes.
- c) aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.
- d) o serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

58. Conforme redação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição brasileira,

- I. nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação da EC nº 14, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de 50% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do Ensino Fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.
- II. até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da EC nº 53, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitando-se suas disposições.
- III. a União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput do art. 60 sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixando em observância ao disposto no inciso VII do caput do mesmo artigo 60, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.

Está(ão) **correta(s)**

- a) somente a I.
- b) somente a II.
- c) somente a I e a II.
- d) somente a II e a III.

59. Assinale a alternativa **correta**

- a) Conforme a CF/88, na ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, admite-se que os estrangeiros poderão ser proprietários de embarcações nacionais, observando-se os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.
- b) É competência privativa da União legislar sobre regime dos portos, navegação lacustre fluvial, marítima, aérea e aeroespacial, não se admitindo autorizar aos Estados em legislar.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência complementar dos Estados.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual.

60. O texto da Constituição brasileira de 1988 consagra que

- a) o Conselho Nacional de Justiça é composto de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois, admitida uma recondução.
- c) os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, dentre outros, o requisito de possuir mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- d) os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, depois de aprovada a escolha por dois terços do Senado Federal.

